



ACÓRDÃO Nº 150/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10911/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Barreirinha.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sra. Maria Margarete de Melo Carneiro, Vereadora Presidente e Ordenadora das Despesas, à época.
- 6- **Advogado:** Sra. Ana Lúcia Salazar de Souza – OAB/AM nº 7.173, Sr. Francisco Rodrigo de Menezes e Silva – OAB/AM nº 9.771 e Sr. Alex da Silva Almeida – OAB/AM nº 10.706.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 381/2018-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 1235/1257).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Barreirinha. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência. Representação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1 **Julgar Irregulares** as Contas Anuais da Câmara Municipal de Barreirinha, exercício de 2014, de responsabilidade da Sr^a **Maria Margarete de Melo Carneiro**, Vereadora-Presidente e Ordenadora de Despesa à época, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c”, da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.2 **Julgar em Alcance** a responsável, nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-R/TCE, glosando o montante de **R\$ 16.800,33 (dezesseis mil oitocentos reais e trinta e três centavos)**, atualizados monetariamente, com devolução aos cofres públicos em face das restrições não sanadas transcritos na fundamentação do Relatório/Voto (itens 2.6, 3.4.1, 3.4.2 e 3.4.3);
 - 10.2.1 Fixar o prazo de **30 (trinta) dias** para o recolhimento do valor do débito aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (art.72, III, “a”, da Lei nº



ACÓRDÃO Nº 150/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

2423/96) com a devida atualização monetária (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM);

10.2.2 Comunicar ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi o art.173 da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM e expirado o prazo estabelecido, o mesmo deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal;

10.3 **Aplicar Multa** à responsável nos valores de:

10.3.1 R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, IV da Resolução 04/2002, por atos praticados com grave infração à norma legal, referente aos itens 2.1, 2.3, 2.4 e 2.5 apontados pela DICREA e itens 3.1.1, 3.1.4, 3.1.5, 3.1.6, 3.2.1, 3.2.2, 3.2.3, 3.2.4, 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3, 3.3.6 e 3.3.7, transcritos na fundamentação do Relatório/Voto;

10.3.2 R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do art. 54, inciso III, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, por atos de gestão de que resulte injustificado dano ao erário, pelas restrições apontadas nos itens elencados pela DICREA (2.6) e pela DICOP (3.4.1, 3.4.2 e 3.4.3), transcritos na fundamentação do Relatório/Voto;

10.4 **Dar Conhecimento** ao atual chefe do Poder Executivo Municipal das impropriedades constantes destes autos, remetendo-lhe cópias das manifestações das Unidades Técnicas e Parecer Ministerial, determinando o cumprimento das Recomendações e Determinações listadas;

10.5 **Representar** ao Ministério Público Estadual, de acordo com o inciso XXIV, artigo 1º, da Lei nº 2423/96, para adoção de medidas que entender necessárias.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Mario Manoel Coelho de Mello.



ACÓRDÃO Nº 150/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral